



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024 – SRP - PMPV

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Poço Verde/SE, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal Nº008 de 30 de janeiro de 2024, do Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas nesse Edital.

**DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

A partir do dia 07 de JUNHO de 2024 às 15h00min, através do site <https://licitanet.com.br/>

**DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Às 08h59min do dia 20 de JUNHO de 2024, através do site <https://licitanet.com.br/>

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Às 09h 00min do dia 20 de JUNHO de 2024, através do site <https://licitanet.com.br/>.

## 1. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos para o projeto de estruturação e implementação da fiscalização viária e da educação para o Trânsito do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DMTT de Poço Verde/SE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 1. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

2.2. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.4. **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

2.4.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.4.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.4.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.4.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

2.4.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.4.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.4.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**2.5. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

2.5.1. Que se enquadrem nas seguintes vedações (Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021):



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.5.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.1.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5.3. Sociedades cooperativas.

## **2.6. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

2.6.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.6.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.6.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

2.6.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.6.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.6.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar no 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

3.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

3.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 02 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

3.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

3.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. Para aceitabilidade da proposta, o(a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

4.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

4.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos serviços ofertados, sob pena de desclassificação.

4.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

4.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

4.7. O(A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em “pdf” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

5.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “5.14”, observando-se o seguinte:





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

5.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

5.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

5.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.

5.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado **a partir das 08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;

5.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

6.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável (necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX).

6.1.4. No mesmo prazo do item 5.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

6.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

6.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

6.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do item, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

6.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

6.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às 17 horas, esse prazo só será



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

6.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

6.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame,



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

conforme previsto no art. 14 da Lei Nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.17.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.17.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.18. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.18.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.18.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.18.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.18.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.19. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato..

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por cópia autenticada digitalmente. Nos casos de cópias simples, havendo dúvidas sobre a autenticidade do documento em questão, em sede de diligência, serão solicitadas outras comprovações que garantam a veracidade das informações ali expostas.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)): (a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e (b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**8.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

**8.14.1. Habilitação jurídica**

8.14.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.14.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.14.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.14.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.14.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.14.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14.1.11. Os sócios deverão apresentar a Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente e CPF que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.14.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.14.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

8.14.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.14.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.14.3. Qualificação Econômico-Financeira**

8.14.3.1. Comprovação do Capital Social ou Patrimônio líquido com o limite de no mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor global estimado do item, apresentando Certidão expedida pela respectiva Junta Comercial, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega das propostas;

8.14.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercício social, já exigível e apresentada, na forma, da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas: Publicados em Diário Oficial; ou Publicados em jornal de grande circulação; ou Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Todas as empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 05 de dezembro de 2006 e atualizada pela Lei nº 147/2014, – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou Fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Sociedade criada no exercício em curso: Fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante juntamente com sua abertura. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Dispensar o MEI da apresentação do balanço. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo livro diário ou livro caixa e a exigência de balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir balanço patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil, conforme Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021, salvo o que dispõe o § 6º do Art. 69 da Lei 14.133/2021.

8.14.3.2.1. As empresas constituídas a menos de 02 (anos) apresentaram o Balanço Patrimonial de Abertura e demonstrações contábeis do Último Exercício Contábil conforme o § 6º do Artigo 69 da Lei 14.133/2024.

8.14.3.3. – Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial, deverá ser feita uma **DECLARAÇÃO**, com o cálculo dos seguintes índices, os quais deverão estar devidamente aplicados em memorial de cálculos, e apresentados juntamente com Balanço Patrimonial devidamente assinado por Contador credenciado no Conselho Regional de Contabilidade (com firma reconhecida em cartório e/ou assinada eletronicamente com Certificado Digital) e pelo titular da empresa ou seu representante legal, expedido nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega da proposta (Declaração) obtido a partir de dados do Balanço Anual, com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021:

8.14.3.3.1 - Comprovar o Índice de Liquidez Geral (LG), igual ou superior a 1,0 (um):

8.14.3.3.2 - Comprovar o Índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1,0 (um):

8.14.3.3.3 - Comprovar o Índice de Solvência Geral (SG), igual ou superior a 1,0 (um):

8.14.3.3.4 - Comprovar o Grau de Endividamento Geral (EG), igual ou inferior a 1 (um):

8.14.3.3.5 - Comprovar o Grau de Endividamento Corrente (EC), igual ou inferior a 1 (um).

8.14.3.4. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### 8.14.4. Qualificação Técnica

8.14.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.14.4.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.14.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.14.4.4. Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura ou Distrito Federal.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pocoverde.se.gov.br/licitacoes>.

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7 a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

**13.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.**

13.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos

#### 14. DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PARTICIPANTES

14.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

14.2. **GERENCIADOR:** O Órgão Gerenciador será a Prefeitura Municipal de Poço Verde, CNPJ nº 13.106.935/0001-07.

14.3. **Não haverá participantes.**

#### 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada em sítio eletrônico do órgão licitante.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pocoverde.se.gov.br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

16.11.2.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

16.11.3. ANEXO II – Modelo de proposta padronizado

16.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Poço Verde/SE, em 07 de junho de 2024.

Roberlandio Sousa Pinto

Pregoeiro

Decreto 010/2024



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2024**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024 – SRP - PMPV**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0. DO OBJETO, DA LEGISLAÇÃO E DA FORMA DE JULGAMENTO:**

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a Contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos para o projeto de estruturação e implementação da fiscalização viária e da educação para o Trânsito do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DMTT de Poço Verde/SE.

1.2. O CRITÉRIO DE JULGAMENTO do Certame será o de Menor Preço Por Item conforme o Art. 33º, Inciso I da lei 14.133/2021.

1.3. A modalidade selecionada será o Pregão Eletrônico de acordo o Art. 113º, 115º, 117º e 119º do Decreto Municipal Nº008 de 30 de janeiro de 2024 em conformidade com a Lei 14.133/2021.

1.4. A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente nos perfilhados nos Art. 68º ao 83º do Decreto Municipal Nº008 de 30 de janeiro de 2024 em consonância com os Art. 82º a 86º da lei 14.133/2021.

**2.0. JUSTIFICATIVA**

2.1 A contratação do objeto deste Termo de Referência contemplará o planejamento das atividades do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DMTT, nas suas mais diversas tarefas, de complexidade variada, visando atender às suas demandas. A contratação do referido objeto dará suporte necessário para respaldar as ações, e o trabalho do departamento nos âmbitos de fiscalização, educação e atendimento ao público, em situações correlatas ao trânsito.

**3.0. DA COMPRA/DOS PRODUTOS E DO PREÇO:**

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNI. DE MEDIDA	QUANTI. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	CAMINHONETE - cor cinza metálico ou preta, 0km (nova) com capacidade de caçamba com carga de aproximadamente 720kg – motor turbo 1.3 Flex, quatro cilindros com uma cilindrada mínima de 1.332 cm³. Com uma taxa de compressão mínima de 13,2:1, atingindo em média uma potência de 98 cv com gasolina a aproximadamente 6.000 rpm, e média de 107 cv com etanol a aproximadamente 6.250 rpm.	UNI	1	R\$ 152.000,00
2	MOTOCICLETA - cor preta ou cinza, 0km (nova) Cilindradas: mínimo 300cc e máxima 350cc; bicomcombustível/flex (álcool e gasolina); bateria: 12v; Potência: máxima a gasolina - 18,2 kW (24,8 CV) a 7500 rpm Potência: máxima a Etanol -18,5 kW (25,2 CV) a 7500 rpm Torque: máximo a Gasolina - 26,5 N.m (2,70 kgf.m) a 5750 rpm Torque: máximo a Etanol - 26,9 N.m (2,74 kgf.m) a 5750 rpm	UNI	2	R\$ 37.850,00
3	COMPUTADOR CORE I3 12º geração, 16GB RAM, SSD 480GB, monitor 19” a 21”, teclado,	UNI	2	R\$ 3.000,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	mouse, caixa de som, Windows 10 ou 11, adaptador wifi, adaptador bluetooth.			
4	Notbook – processador core i5 ou superior de 3hz ou superior, memória 16GB Ram, SSD 480GB, tela 15”, sistema operacional win 10 ou 11 64x	UNI	1	R\$ 2.696,00
5	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL 3 em 1 (Imprime, copia e digitaliza), jato de tinta colorida, duplex (frente e verso automático) c/ tanque de tinta Capacidade mínima de impressão até 7.500 páginas em preto ou 6.000 páginas coloridas, com um kit de garrafas de tinta de reposição, alimentador automático de folhas para até 30 páginas, conectividade com cabo USB, conexões Wi-Fi, Wi-Fi Direct2 e rede Ethernet para grupos de trabalho. Impressão: Modo Rascunho Vívido, alta velocidade de impressão - Conectividade: Wi-Fi 4   Ethernet   Wi-Fi Direct   Impressão Móvel, tecnologia ADF para Cópia e Digitalização, de 30 folhas (A4/Carta/Ofício); capacidade de papel: Alimentação frontal de 250 folhas (A4/Carta/Ofício), velocidade de impressão: resolução ISSO 15,5 PPM em Preto e 8,5 PPM em Colorida, resolução normal Máx. 33 Preta e 20 Colorida.	UNI	1	R\$ 3.567,67
6	Radio comunicador - Tamanho: 6.5 x 4.1 x 13.3 cm Peso: 279g aproximadamente - IP67 à prova d'água e poeira - Dual Band, Dual Display e Dual Standby Economia de bateria, 104 Códigos DCS 50 Código DTMF - bloqueio do teclado, aviso de Bateria Fraca - Função VOX Auto-back Light - Prompt de Voz PC ou Manual do Programa PTT-ID - Função de Bloqueio de Canal Ocupado - Alarme de Emergência - Faixa de frequência: VHF 136-174MHz - UHF400-520MHz -Capacidade de canal: 128 canais - Espaçamento entre canais: 25 KHz/12.5 KHz - Impedância da antena: 50Ω - Impedância do microfone: 600Ω - Tensão de funcionamento: 7.4 VDC±15% - Estabilidade de frequência: ± 2.5ppm - Bateria: 10000 mAh - Potência de saída RF: 10W Tipo de modulação: Rádio FM (65.0 MHz-108.0 MHz) - Sensibilidade modulação: <15 & micro; V Distorção da modulação: <3% Max. Freq Desvio: <5KHz Largura de banda ocupada: <16KHz - Recurso de modulação: ± 3db - Potência do Canal adjacente: <-65db - Antena de transmissão - Bateria de lítio 10000mAh- Base de Carregamento Bivolt - Clipe de cinto - Alça de mão - Fone de ouvido.	UNI	10	R\$ 98,53



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7	CELULAR SMARTPHONE – Memória interna 256GB- Memória RAM 8GB- Processador Octa- Core- Sistema Operacional Android 13- tela 6,67”AMOLED – bateria de 5000mAh.	UNI	1	R\$ 864,45
8	Cone de Sinalização Flexível Emborrachado 75cm Laranja com Branco, que atenda às exigências da Norma ABNT NBR 15.071. Confeccionado na cor laranja em material flexível (PVC), permite ser dobrado ao meio sem prejuízo ao seu formato original. Resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV. Base com 8 sapatas (pés de apoio). Com no mínimo 2 faixas refletivas, tipo colmeia na cor branca, conforme Norma ABNT NBR 14.664 e soldadas eletronicamente ao cone. Tendo no topo orifício para encaixe do “porta- tudo” e duas aberturas laterais na parte superior para o uso de fita zebreada, corda ou corrente. Utilizado para controle de tráfego, delimitar, canalizar, direcionar, interditar e sinalizar áreas.		100	R\$ 96,57
9	Barreira Plástica de Sinalização 120cm fabricada em polietileno linear na cor laranja, com proteção contra raios UV e resistente às intempéries climáticas. Com 6 faixas adesivas refletivas brancas, sendo 3 faixas em cada face, para melhor visibilidade diurna/noturna e auxiliar nas áreas de pouca iluminação. Com sistema de encaixe nas extremidades tipo macho- fêmea com abertura circular de 10cm de diâmetro. Com orifício na parte superior com tampa que possibilita o preenchimento com água para aumentar seu peso e estabilidade e evitar o deslocamento indesejado. Com 3 sapatas elevadas de 15cm x 44cm, que permitem o perfeito escoamento de água. Dimensões 60cm de altura x 44cm de largura x 1,20m de comprimento e 7Kg (vazia).	UNI	50	R\$ 657,71
10	Lanterna Tática Police Com Sinalizador Profissional - 710.000 Lumens - Led T6 Compacta.	UNI	10	R\$ 57,61
11	Cilindro Canalizador de Tráfego/cone barril. Fabricado em polietileno linear através do processo de retomoldagem, na cor laranja, com proteção contra raios UV e resistente às intempéries climáticas. Com 3 faixas adesivas	UNI	30	R\$ 469,77



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	refletivas brancas, para melhor visibilidade diurna/noturna e auxiliar nas áreas de pouca iluminação. Com base quadrada plana e 4 sapatas distribuídas proporcionalmente, para melhor fixação ao solo e escoamento da água, com compartimento na base para preenchimento interno com sacos de areia ou balões com água para aumentar o peso e estabilidade, podendo alcançar até 40kg, evitando deslocamento involuntário. No topo deve possuir alça para facilitar o transporte e serve também como orifício para fixação de sinalizador luminoso. Dimensões 1,10m de altura x 55cm de base quadrada e peso aproximado de 7Kg.			
12	Giroflex sinalizador vermelho barra 1.20m. 12vcc/24vcc + 4 Estrobos Led vermelho SMD alta visualização efeitos	UNI	1	R\$ 65,94
13	Fita zebra para sinalização de trânsito – material plástico – largura de 0,07m a 0,10m comprimento mínimo de 100m e Máximo de 200m, nas cores laranja e branca alternadas, largura do zebado de 0,05m, inclinação das faixas inclinadas de 45°. Com padrão de cores e dimensões conforme a figura 11.45 da página 199 do manual brasileiro de trânsito, volume VI, do item “dispositivos auxiliares” – CONTRAN).	UNI	400	R\$ 9,52
14	Sirene Alto-Falante 7 Tons ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS •Voltagem: 12V DC • Alimentação: 12- 15V DC • Potência: 30W • Amperagem: 2.5A • Pressão sonora: 102dB (A) • Índices de sinal/ruído: 0.3dB • Conector - FIO • 7 tons: Alarme automotivo; Bombeiro; Polícia; Residencial; Ambulância; Alarme ; Sinal decrescente. Os sons são padrão, não é possível altera-los. MEDIDAS • Peso: 0.56Kg • Altura: 13cm • Largura: 14cm • Comprimento: 15cm.	UNI	2	R\$ 179,84
15	Giroflex LED Sinalizador Universal 12V Luz Emergência na cor: Vermelha, fixação com parafuso cabo espiralado bivolt, com 54 LEDS, com 7 efeitos de luz e baixo consumo de energia, resistente à chuva, fabricado em material resistente de alta durabilidade. Tamanho:116,96mm X 118,5 mm.	UNI	4	R\$ 213,61
16	Sirene policial para moto- sirene de 6 sons ou mais, para veículos especiais, polícia, bombeiro, ambulância - alimentação: 12v- alimentação: 12v- com nível sonoro 115 dbs- console com 6 botoes de acionamento – nível sonoro mínimo de 105db –	UNI	4	R\$ 148,34





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	potência mínima de 80w rms- dimensão 31,5 cm x 13cm x 10,2cm.			
17	DATASHOW/Projektor - Com brilho mínimo de 5.000 lumens a 8.000 lumens e a taxa de contraste de 5.000 a 8.000, resolução nativa mínima de 1280 x 720p, com reprodução de mídias em até 1080p, com projeção de telas de até 250 polegadas ou superior. Com conexão Bluetooth e Screen Mirroring, que permite espelhar a tela direto do seu dispositivo móvel. O projetor também permite o pareamento de dispositivos de som. O modelo é bivolt e traz conexões HDMI, RCA, VGA, USB e AV. De acordo com a fabricante, ainda é possível espelhar a tela do PC no projetor, mas para isso é necessário ter um cabo com saídas MHL e HDMI. Avaliado em 4,3 de 5 estrelas, o aparelho oferece uma qualidade de imagem alta e sem travamentos	UNI	1	R\$ 2.760,00
18	Caixa amplificada multimídia com conexão bluetooth 5.0; Bateria Interna Recarregável de Lítio; Potência 300w; Woofer de 10 polegadas; Tweeter de 1.0 polegadas; Controle por APP (Polyvox Audio Control); Entrada USB; Duas Entradas para Microfone; Entrada Auxiliar; Efeito de Luzes; Display de LED; Saída USB 5VCC para carregar celular; Carregador AC 100~240V;	UNI	1	R\$ 529,30
19	Capacetes articulados tamanho 60 e 4 capacetes articulados tamanho 58, exterior em ABS, com uma viseira simples. Interior destacável para limpeza fácil. Certificação de segurança: DOT, Inmetro.	UNI	9	R\$ 83,46

3.1.2. O valor total estimado da contratação é de: **R\$ 308.746,98 (trezentos e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).**

3.2. O fornecimento será efetuado mediante a apresentação de requisição específica Requisição para Compra/produtos, em duas vias, expedida pelo Departamento Administrativo ou as Secretarias envolvidas no Certame e Conveniados e autorização (assinatura) de servidor previamente designado pela Prefeitura Municipal de Poço Verde e representantes legais.

3.3. Para cada produto, deverá ser apresentada uma requisição a qual deverá conter as informações de qual item, ser datada e assinada pelo servidor designado pela Prefeitura Municipal de Poço Verde. A primeira via ficará em poder da empresa e a segunda via, em poder do servidor, deverá retornar para o setor de almoxarifado para a realização da baixa.

3.4. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

#### **4.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto Contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

4.2. Proporcionar a Contratada todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

4.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime a Contratada de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.5. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

## **5.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto Contratada;

5.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os produtos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

5.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

5.5. Emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

5.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

5.7. Em sujeição às normas técnicas, os gêneros devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

5.8. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

5.9. A contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

5.10. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no produto;

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

5.12. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda, efetuar o produto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência;



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

5.13. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

5.14. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos fornecidos;

5.15. A contratada deverá executar, fielmente, as viagens de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante;

5.16. Durante a execução do produto, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento dele, e, caso ocorra imprevistos deverá notificar de imediato a Prefeitura Municipal de Poço Verde de Poço Verde - SE, sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos produtos;

5.17. Nenhum dos produtos contratados poderá ser substituído por outros diversos, salvo por produto de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Prefeitura Municipal de Poço Verde/SE;

5.18. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

## **6.0. DA CONTRATAÇÃO, DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

6.1. O prazo máximo para a execução do produto desta contratação, está abaixo indicado e será considerado da emissão do pedido:

6.1.1. Entrega: 30 (trinta) dias consecutivos, dependendo de cada necessidade.

6.2. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, conforme o art. 15, inciso IX do [Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023](#).

## **7.0. DO REAJUSTE/REEQUILIBRIO**

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis, podendo serem reequilibrados de acordo com o mercado.

## **8.0. DO PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (dias) consecutivos, a depender da necessidade, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

8.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **Prazo de pagamento**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### **Forma de pagamento**

8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **9.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

9.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

9.2. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para o respectivo item registrado nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

#### **➤ SERÃO ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:**





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

- a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c. Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d. Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k. Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.

**➤ SERÃO ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:**

- a. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- b. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- c. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- d. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos;
- e. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f. Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.

## **10.0. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

10.1.1. O risco em torno da contratação, assumido pela CONTRATADA, é superior aos riscos impostos à própria Administração.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

## 11.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a. Advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

f. Aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

11.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação à Contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## 12.0. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício vigente, conforme disponibilidade orçamentária apresentada pela unidade demandante.

12.1.1. Para execução da Ata de Registro de Preços e dos Termos de Contratos serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão:** 15000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE.

**Unidade Orçamentária:** 15002 - GABINETE DO PREFEITO.

15004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

15013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.

15020 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

**Ação:** 2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO.

2215 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

2225 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES.

4401 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

2409 - OUTRAS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL.

1212 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

1200 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

1197 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA O GABINETE DO PREFEITO.

**Elemento:** 33903000 – MATERIAL DE CONSUMO

44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

**Fonte:** 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS A IMPOSTOS

17000000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO.

17010000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**ANEXO I.1 – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1.0. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente estudo técnico preliminar tem como objetivo estabelecer as diretrizes e requisitos técnicos para a contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos para o projeto de estruturação e implementação da fiscalização viária e da educação para o Trânsito do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DMTT de Poço Verde/SE. A aquisição se faz necessário para a estruturação, organização e adequação no trânsito local, promovendo melhoria da qualidade de vida dos munícipes, uma vez que um trânsito organizado, com condutores conscientes e uma atuação eficiente dos órgãos de fiscalização, são fatores fundamentais para a promoção de segurança.

**2.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A aquisição desses produtos representa uma necessidade estratégica para o Departamento de Trânsito de Poço Verde, desempenhar melhor a fiscalização e educação no trânsito viabilizando mais eficiência das suas operações. Dentre as principais razões que justificam a contratação de empresa para aquisição destes produtos, destacam-se:

2.1.1. Adquirir viaturas para fiscalização e organização do trânsito das vias públicas municipais.

2.1.2. Comprar materiais e equipamentos de expediente para implementação e execução de ações de fiscalização e educação para o trânsito.

2.1.3. Obter equipamentos de comunicação para implementação de ações e fiscalização e atendimento ao público.

2.1.4. Reduzir os índices de acidentes e mortes no trânsito local.

2.2. Diante desses fatores, torna-se evidente a importância da contratação de empresa especializada em produtos para implementação da fiscalização viária para o Departamento de Trânsito de Poço Verde, como meio indispensável para garantir mais segurança para os condutores e pedestres dos munícipes bem como dos visitantes.

**3.0. ANÁLISE TÉCNICA**

3.1. Análise técnica tem por finalidade o diagnóstico inicial e a análise do contexto atual, mapeamento da infraestrutura viária existente (ruas, avenidas, semáforos, faixas de pedestres), avaliação das estatísticas de acidentes e infrações de trânsito; identificação dos pontos críticos (locais com maior número de acidentes e infrações, bem como os recursos disponíveis: verificação da quantidade e condição dos equipamentos de fiscalização (radares, câmeras, etc.) Contam como o orçamento disponível para o projeto.

3.2. No tocante ao planejamento da Fiscalização Viária faz necessário equipamentos tecnológicos e operacionais para contribuir e com a infraestrutura do local de trabalho, resultando em mão de obra qualificada dos agentes de trânsito.

Já com relação a legislação e normatização planejamos algumas campanhas de comunicação para informar a população sobre as novas medidas de fiscalização e penalidades a exemplo de educação para o Trânsito, programas educativos bem como criação de programas de educação para o trânsito em escolas (palestras, oficinas, simulações).desenvolvimento de materiais



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

educativos (panfletos, cartilhas, vídeos) para diferentes públicos (motoristas, pedestres, ciclistas) além de campanhas de conscientização no trânsito. Por fim, caberá aos responsáveis uma avaliação mensal do trabalho desenvolvido para possíveis ajustes, caso necessário,

#### **4.0. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

4.1. A presente contratação não está prevista no Plano Anual de Contratações, uma vez que os recursos são oriundos da emenda parlamentar em parceria com a Prefeitura Municipal de Poço Verde.

#### **5.0. RESULTADOS PRETENDIDOS**

5.1. Diminuição significativa nas estatísticas de acidentes e infrações de trânsito, especialmente nas áreas críticas identificadas, pensando no bem estar do povo reduzindo o número de infrações de trânsito, conscientizando aos motoristas, ciclistas e pedestres, através de campanhas educativas, obtendo maior satisfação dos cidadãos com as ações do departamento municipal de trânsito, levando ao envolvimento ativo da população nas iniciativas de segurança viária, alcançando resultados satisfatórios a longo prazo, desta forma implementamos uma cultura de respeito e segurança no trânsito, com impacto positivo na sociedade. Ao atingir esses resultados, o projeto contribuirá para um trânsito mais seguro, eficiente e consciente, beneficiando toda a comunidade e promovendo um ambiente urbano mais harmonioso e seguro para todos.

#### **6.0. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNI. DE MEDIDA	QUANTI. TOTAL
1	CAMINHONETE - cor cinza metálico ou preta, 0km (nova) com capacidade de caçamba com carga de aproximadamente 720kg – motor turbo 1.3 Flex, quatro cilindros com uma cilindrada mínima de 1.332 cm <sup>3</sup> . Com uma taxa de compressão mínima de 13,2:1, atingindo em média uma potência de 98 cv com gasolina a aproximadamente 6.000 rpm, e média de 107 cv com etanol a aproximadamente 6.250 rpm.	UNI	1
2	MOTOCICLETA - cor preta ou cinza, 0km (nova) Cilindradas: mínimo 300cc e máxima 350cc; bicomustível/flex (álcool e gasolina); bateria: 12v; Potência: máxima a gasolina - 18,2 kW (24,8 CV) a 7500 rpm Potência: máxima a Etanol - 18,5 kW (25,2 CV) a 7500 rpm Torque: máximo a Gasolina - 26,5 N.m (2,70 kgf.m) a 5750 rpm Torque: máximo a Etanol - 26,9 N.m (2,74 kgf.m) a 5750 rpm	UNI	2
3	COMPUTADOR CORE I3 12ª geração, 16GB RAM, SSD 480GB, monitor 19" a 21", teclado, mouse, caixa de som, Windows 10 ou 11, adaptador wifi, adaptador bluetooth.	UNI	2
4	Notbook – processador core i5 ou superior de 3hz ou superior, memória 16GB Ram, SSD 480GB, tela 15", sistema operacional win 10 ou 11 64x	UNI	1
5	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL 3 em 1 (Imprime, copia e digitaliza), jato de tinta colorida, duplex (frente e verso automático) c/ tanque de tinta Capacidade mínima de impressão até	UNI	1





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	7.500 páginas em preto ou 6.000 páginas coloridas, com um kit de garrafas de tinta de reposição, alimentador automático de folhas para até 30 páginas, conectividade com cabo USB, conexões Wi-Fi, Wi-Fi Direct2 e rede Ethernet para grupos de trabalho. Impressão: Modo Rascunho Vívido, alta velocidade de impressão - Conectividade: Wi-Fi 4   Ethernet   Wi-Fi Direct   Impressão Móvel, tecnologia ADF para Cópia e Digitalização, de 30 folhas (A4/Carta/Ofício); capacidade de papel: Alimentação frontal de 250 folhas (A4/Carta/Ofício), velocidade de impressão: resolução ISSO 15,5 PPM em Preto e 8,5 PPM em Colorida, resolução normal Máx. 33 Preta e 20 Colorida.		
6	Radio comunicador - Tamanho: 6.5 x 4.1 x 13.3 cm Peso: 279g aproximadamente - IP67 à prova d'água e poeira - Dual Band, Dual Display e Dual Standby Economia de bateria, 104 Códigos DCS 50 Código DTMF - bloqueio do teclado, aviso de Bateria Fraca - Função VOX Auto-back Light - Prompt de Voz PC ou Manual do Programa PTT-ID - Função de Bloqueio de Canal Ocupado - Alarme de Emergência - Faixa de frequência: VHF 136-174MHz - UHF400-520MHz -Capacidade de canal: 128 canais - Espaçamento entre canais: 25 KHz/12.5 KHz - Impedância da antena: 50Ω - Impedância do microfone: 600Ω - Tensão de funcionamento: 7.4 VDC±15% - Estabilidade de frequência: ± 2.5ppm - Bateria: 10000 mAh - Potência de saída RF: 10W Tipo de modulação: Rádio FM (65.0 MHz-108.0 MHz) - Sensibilidade modulação: <15 & micro; V Distorção da modulação: <3% Max. Freq Desvio: <5KHz Largura de banda ocupada: <16KHz - Recurso de modulação: ± 3db - Potência do Canal adjacente: <-65db - Antena de transmissão - Bateria de lítio 10000mAh- Base de Carregamento Bivolt - Clipe de cinto - Alça de mão - Fone de ouvido.	UNI	10
7	CELULAR SMARTPHONE – Memória interna 256GB- Memória RAM 8GB- Processador Octa- Core- Sistema Operacional Android 13- tela 6,67”AMOLED – bateria de 5000mAh,	UNI	1
8	Cone de Sinalização Flexível Emborrachado 75cm Laranja com Branco, que atenda às exigências da Norma ABNT NBR 15.071. Confeccionado na cor laranja em material flexível (PVC), permite ser dobrado ao meio sem prejuízo ao seu formato original. Resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV. Base com 8 sapatas (pés de apoio). Com no mínimo 2 faixas refletivas, tipo colmeia na cor branca, conforme Norma ABNT NBR 14.664 e soldadas eletronicamente ao cone. Tendo no topo orifício para encaixe do “porta- tudo” e duas aberturas laterais na parte superior para o uso de fita zebreada, corda ou corrente. Utilizado para controle de tráfego, delimitar, canalizar, direcionar, interditar e sinalizar áreas.		100
9	Barreira Plástica de Sinalização 120cm fabricada em polietileno linear na cor laranja, com proteção contra raios UV e resistente às intempéries climáticas. Com 6 faixas adesivas refletivas brancas, sendo 3 faixas em cada face, para melhor visibilidade diurna/noturna e auxiliar nas áreas de pouca iluminação. Com sistema de encaixe nas extremidades tipo macho- fêmea com abertura circular de 10cm de diâmetro. Com orifício na parte superior com tampa que possibilita o preenchimento com água	UNI	50



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	para aumentar seu peso e estabilidade e evitar o deslocamento indesejado. Com 3 sapatas elevadas de 15cm x 44cm, que permitem o perfeito escoamento de água. Dimensões 60cm de altura x 44cm de largura x 1,20m de comprimento e 7Kg (vazia).		
10	Lanterna Tática Police Com Sinalizador Profissional - 710.000 Lumens - Led T6 Compacta.	UNI	10
11	Cilindro Canalizador de Tráfego/cone barril. Fabricado em polietileno linear através do processo de retomoldagem, na cor laranja, com proteção contra raios UV e resistente às intempéries climáticas. Com 3 faixas adesivas refletivas brancas, para melhor visibilidade diurna/noturna e auxiliar nas áreas de pouca iluminação. Com base quadrada plana e 4 sapatas distribuídas proporcionalmente, para melhor fixação ao solo e escoamento da água, com compartimento na base para preenchimento interno com sacos de areia ou balões com água para aumentar o peso e estabilidade, podendo alcançar até 40kg, evitando deslocamento involuntário. No topo deve possuir alça para facilitar o transporte e serve também como orifício para fixação de sinalizador luminoso. Dimensões 1,10m de altura x 55cm de base quadrada e peso aproximado de 7Kg.	UNI	30
12	Giroflex sinalizador vermelho barra 1.20m. 12vcc/24vcc + 4 Estrobos Led vermelho SMD alta visualização efeitos	UNI	1
13	Fita zebra para sinalização de trânsito – material plástico – largura de 0,07m a 0,10m comprimento mínimo de 100m e Máximo de 200m, nas cores laranja e branca alternadas, largura do zebado de 0,05m, inclinação das faixas inclinadas de 45°. Com padrão de cores e dimensões conforme a figura 11.45 da página 199 do manual brasileiro de trânsito, volume VI, do item “dispositivos auxiliares” – CONTRAN).	UNI	400
14	Sirene Alto-Falante 7 Tons <b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b> • Voltagem: 12V DC • Alimentação: 12- 15V DC • Potência: 30W • Amperagem: 2.5A • Pressão sonora: 102dB (A) • Índices de sinal/ruído: 0.3dB • Conector - FIO • 7 tons: Alarme automotivo; Bombeiro; Polícia; Residencial; Ambulância; Alarme ; Sinal decrescente. Os sons são padrão, não é possível altera-los. <b>MEDIDAS</b> • Peso: 0.56Kg • Altura: 13cm • Largura: 14cm • Comprimento: 15cm.	UNI	2
15	Giroflex LED Sinalizador Universal 12V Luz Emergência na cor: Vermelha, fixação com parafuso cabo espiralado bivolt, com 54 LEDS, com 7 efeitos de luz e baixo consumo de energia, resistente à chuva, fabricado em material resistente de alta durabilidade. Tamanho: 116,96mm X 118,5 mm.	UNI	4
16	Sirene policial para moto- sirene de 6 sons ou mais, para veículos especiais, polícia, bombeiro, ambulância - alimentação: 12v- com nível sonoro 115 db- console com 6 botoes de acionamento – nível sonoro mínimo de 105db – potência mínima de 80w rms- dimensão 31,5 cm x 13cm x 10,2cm.	UNI	4
17	DATASHOW/Projeter - Com brilho mínimo de 5.000 lumens a 8.000 lumens e a taxa de contraste de 5.000 a 8.000, resolução nativa mínima de 1280 x 720p, com reprodução de mídias em até 1080p, com projeção de telas de até 250 polegadas ou superior. Com conexão Bluetooth e Screen Mirroring, que permite	UNI	1



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

	espelhar a tela direto do seu dispositivo móvel. O projetor também permite o pareamento de dispositivos de som. O modelo é bivolt e traz conexões HDMI, RCA, VGA, USB e AV. De acordo com a fabricante, ainda é possível espelhar a tela do PC no projetor, mas para isso é necessário ter um cabo com saídas MHL e HDMI. Avaliado em 4,3 de 5 estrelas, o aparelho oferece uma qualidade de imagem alta e sem travamentos		
18	Caixa amplificada multimídia com conexão bluetooth 5.0; Bateria Interna Recarregável de Lítio; Potência 300w; Woofer de 10 polegadas; Tweeter de 1.0 polegadas; Controle por APP (Polyvox Audio Control); Entrada USB; Duas Entradas para Microfone; Entrada Auxiliar; Efeito de Luzes; Display de LED; Saída USB 5VCC para carregar celular; Carregador AC 100~240V;	UNI	1
19	Capacetes articulados tamanho 60 e 4 capacetes articulados tamanho 58, exterior em ABS, com uma viseira simples. Interior destacável para limpeza fácil. Certificação de segurança: DOT, Inmetro.	UNI	9

6.2. Acrescente-se que as quantidades informadas neste ETP serão suficientes para atender as demandas do departamento de trânsito e transporte do município de Poço Verde.

## 7.0. Levantamento de Mercado

7.1. Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente. Fizemos pesquisa de mercado para aquisição de produtos. Em sede de informação, a pesquisa de mercado foi realizada no sistema **“Banco de Preços da Prefeitura Municipal de Poço Verde”**, o qual centraliza as contratações de outros entes públicos através de licitações eletrônicas específicas na área da Prefeitura Municipal de Poço Verde.

## 8.0 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após encontrar a melhor solução para resolver o problema existente, foi realizada pesquisa no mercado, através de contratações de outros entes públicos, e constatamos que o valor global da ordem de **R\$ 308.746,98 (trezentos e oito mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos)**.

8.2. No entanto, o valor indicado acima serve apenas como parâmetro para identificar o custo total da contratação e obedeceu aos requisitos do art. 23, da Lei nº 14.133/2021.

## 9.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Após a análise e implementação do projeto de estruturação e implementação da fiscalização viária e da educação para o trânsito, os resultados pretendidos podem ser categorizados em

9.1.1. Redução de Acidentes e Infrações:

9.1.1.1. Diminuição significativa nas estatísticas de acidentes de trânsito, especialmente nas áreas críticas identificadas ebm como maior obediência às normas de trânsito por parte dos motoristas, ciclistas e pedestres.

9.1.2. Melhoria da Infraestrutura Viária:

9.1.2.1. Infraestrutura modernizada / Melhorias na sinalização viária e na infraestrutura para pedestres; Programas regulares de manutenção e atualização dos equipamentos de fiscalização e sinalização viária.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**9.1.3. Aumento da Conscientização e Educação:**

9.1.3.1 Aumento da conscientização sobre segurança no trânsito entre motoristas, pedestres e ciclistas/ Implementação eficaz de programas de educação para o trânsito em escolas e comunidades/ Participação ativa da comunidade em eventos e campanhas educativas.

**9.1.4. Eficiência Operacional:**

9.1.4.1. Melhor organização e eficiência nas operações de fiscalização viária.

9.1.4.2. Utilização otimizada dos recursos humanos e tecnológicos.

9.1.4.3. Sistema integrado de monitoramento e gestão de dados de trânsito, permitindo uma análise precisa e em tempo real das condições viárias.

**9.1.5. Satisfação e Envolvimento da Comunidade**

9.1.5.1. Maior satisfação dos cidadãos com as ações do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte. / Envolvimento ativo da população nas iniciativas de segurança viária e educação para o trânsito/Estabelecimento de parcerias eficazes com escolas, organizações comunitárias, empresas e outras entidades para promover a segurança no trânsito.

**9.1.6. Sustentabilidade e Continuidade**

9.1.6.1. Garantia de financiamento contínuo para as ações de fiscalização e educação para o trânsito.

9.1.6.2. Eficiência no uso dos recursos, com retorno positivo sobre o investimento/ Planos de longo prazo implementados para assegurar a continuidade e a evolução das medidas de fiscalização e educação para o trânsito.

**9.1.7. Impacto Social Positivo**

9.1.7.1. Contribuição significativa para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através de um trânsito mais seguro e organizado/ Criação de um ambiente urbano mais seguro e acessível para todos.

9.1.7.2. A solução proposta visa criar um sistema integrado de fiscalização viária e educação para o trânsito que não apenas coíbe as infrações, mas também educa e conscientiza a população. Com uma abordagem holística que inclui tecnologia, capacitação, monitoramento e participação comunitária, o projeto busca reduzir significativamente os acidentes e infrações, melhorar a infraestrutura viária e promover uma cultura de trânsito mais segura e responsável.

## **10.0. DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

10.1. Levando-se em consideração o disposto no art. 47, §1º, inciso II da Lei n. 14.133/2021, corroborado pela orientação contida na Súmula n. 247, do Tribunal de Contas da União, está-se adotando o parcelamento da solução, razão pela qual a licitação deverá ser organizada em itens, uma vez ser divisível o objeto do certame licitatório não importa em prejuízo para o conjunto da solução, tampouco gera perda de economia de escala.

10.1.1. Ademais, a adoção do parcelamento visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens, assegurando-se, dessa forma, a concretização do primado da competitividade.

## **11.0. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Com a aquisição dos equipamentos solicitados, busca-se o suprimento das necessidades do Município de Poço Verde, visando garantir um atendimento de qualidade no âmbito do departamento de trânsito municipal de Poço Verde/SE e seus respectivos órgãos.

## **12.0. GERENCIAMENTO DE RISCO**

12.1. Não se aplica



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**13.0. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. É cediço informar que, a presente contratação deverá ser precedida de processo licitatório, em observância a Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. Igualmente, os setores de Planejamento da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social de Poço Verde, realizou o seu Planejamento Anual para o ano de 2023/2024, tendo por base as suas necessidades e histórico de consumo.

**14.0. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. Não se aplica

**15.0. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1. Será recomendado a empresa CONTRATADA, conforme previsão neste instrumento, que a mesma deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, mediante orientações do art. 6º da IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis).

**16.0. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO**

16.1. Conforme fundamentação acima exposta, especialmente no que tange à solução para a modalidade de contratação, esta Equipe de Planejamento, considerando as características do bem que demonstram a necessidade de contratações, conclui pela viabilidade da presente contratação, utilizando-se da modalidade licitatória pregão eletrônico, via Sistema Registro de Preço, a qual se enquadra nos termos do art. 6º, inciso XLV c/c inciso II, do art. 40, ambos da Lei n. 14.133/2021, além de ratificar a necessidade desta para o atendimento as demandas internas e princípios da Administração Pública, e convalidando os interesses da Prefeitura Municipal de Poço Verde, conforme inciso XIII, do art. 7º, da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.





ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024 – SRP - PMPV

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADO

1. QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

2. OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1. O objeto da presente licitação é a .....

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/2021 e às cláusulas e condições previstas no Edital de Licitação na modalidade PREGÃO acima numerado, incluindo os seus Anexos;

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante legal do proponente

CPF Nº \_\_\_\_\_

RG Nº \_\_\_\_\_

(Papel timbrado da proponente)



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº022/2024  
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2024 – SRP - PMPV

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº000/0000

O MUNICÍPIO DE POÇO VERDE ESTADO DE SERGIPE por intermédio da **PRFEITURA MUNICIPAL**, com sede na **Travessa da Liberdade, nº 15, Centro**, inscrita no CNPJ sob o nº **13.106.935/0001-07**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.º **Prefeito XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **Pregão Eletrônico Nº006/2024 – SRP – PMPV**, processo administrativo n.º **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no **Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023**, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Contratação de empresa especializada em fornecimento de produtos para o projeto de estruturação e implementação da fiscalização viária e da educação para o Trânsito do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte - DMTT de Poço Verde/SE, especificado(s) no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico Nº006/2024 – SRP – PMPV**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>EMPRESA:</b>						
<b>CNPJ:</b>				<b>FONE/FAX:</b>		
<b>END.:</b>				<b>E-MAIL:</b>		
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>						
<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UND.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VL. UNIT.</b>	<b>VL. TOTAL</b>
<b>VALOR TOTAL</b>						



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **Prefeitura Municipal de Poço Verde, CNPJ nº 13.106.935/0001-07.**

3.2. A Ata de Registro de Preços não terá participantes.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ACRÉSCIMOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços e no Diário Oficial do Município.

5.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no **art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023**.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo **27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023**; ou



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do **Decreto nº 11.462, de 2023**.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos licitantes remanescentes no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (**art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023**), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (**art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023**).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE  
SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Poço Verde/SE, 00 de xxxxxxxxx de 0000.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO VERDE  
Órgão Gerenciador

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POÇO VERDE  
Órgão Participante

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POÇO VERDE  
Órgão Participante

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POÇO VERDE  
Órgão Participante

---

[ inserir razão social da empresa ]  
[ inserir representante legal da empresa ]  
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-